

DILMA VETOU

Tropa de choque é convocada para aprovar MP dos royalties

Ministra se reúne com base no Congresso e exigirá empenho para proteger contratos

▲ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

O Palácio do Planalto vai jogar pesado para garantir a aprovação da medida provisória (MP) que complementa o veto à redistribuição dos royalties do petróleo em áreas já licitadas. Hoje, às 10h, a ministra Ideli Salvatti (Articulações Institucionais) reúne os líderes dos partidos da base no Congresso para cobrar empenho das bancadas no texto.

A MP deve ser votada somente no início de 2013 devido aos prazos regimentais de 60 dias de tramitação em uma comissão mista de deputados e senadores. O jogo recomeça do zero no Congresso – e será duro diante da reação explosiva dos Estados não produtores. As bancadas do Rio e do Espírito Santo retomam as articulações reconhecendo a “chiadeira”, mas em geral confiantes na aprovação da MP.

“A presidente dava sinais contrários à quebra de contratos, mas ao registrar isso com o veto ao artigo 3º da lei ela deu consistência a parâmetros técnicos, o que nos favorece. Ela não vetou porque gostava do Rio ou porque é bonito. A chiadeira será natural, mas derrubar o veto ou alterar ou rejeitar a MP é entrar em jogo de forças com a presidente”, ressalta o coordenador da bancada do Rio, o deputado Hugo Leal (PSC).

Vice-líder do governo na Câmara, Hugo estará hoje na reunião com Ideli. A bancada do Rio já busca vaga na comissão mista da MP “Com a redução de IPI, os repasses ao FPE e ao FPM caíram, mas os prefeitos não podem querer descontar nos royalties e ferir direitos adquiridos”.

O deputado César Colnago (PSDB-ES) prevê polêmicas com a destinação “louvável” de 100% dos royalties futuros para a Educação, inclusive em Estados e municípios. “Pelo que senti, o plenário vai tentar derrubar o veto, mas a Casa não tem tradição de votá-los. Vou tentar convencer os líderes a manter a decisão”.

Já o deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES) reforça que MP deve ficar para 2013. “Não se pode falar em expectativa ainda, mas o veto é uma âncora importante para nós. A partir de hoje vamos identificar os procedimentos de ação”.

Parlamentares de Estados não produtores pressionam o presidente do Senado, José Sarney, a convocar sessão conjunta do Congresso. O objetivo é derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff (PT) ao projeto



Campo de produção de petróleo, riqueza que vem sendo disputada entre Estados

mentos de ação”.

A adesão da grande bancada de São Paulo, Estado produtor que não se movimentou ao pensar que não perderia receitas, pode equilibrar o jogo a favor da MP, avalia o deputado Manato (PDT). “A bancada paulista está mais consciente. Acho que não se derruba o veto”.

O senador Magno Malta (PR-ES), porém, acredita que vão derrubar o veto. “Eles prometeram esse dinheiro lá na base deles e

vão fazer de tudo para não ficar sem palavra”.

Segundo a deputada Iriny Lopes (PT), se a MP recuperar parte do substitutivo rejeitado do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), haverá caminhos para aprovação, “mas com muitas dificuldades”.

Ligado ao governador Sérgio Cabral (PMDB), o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) defende que a MP tenha relevância e urgência de tramitação. “Espero que a MP não tenha problemas para passar”. O deputado descarta a derrubada do veto.

ARQUIVO

A MEDIDA

Contratos

Dilma vetou o artigo 3º para resguardar os contratos em vigor. A MP propõe a redistribuição dos royalties para as futuras concessões e dos royalties para o novo modelo de partilha.

Rateio

Mantém os percentuais de rateio aprovados no Congresso. A divisão só valerá para contratos futuros, preservando os direitos dos produtores.

Fundos

Dilma vetou outro trecho da lei e vai permitir que, além da cota diferenciada, Estados e municípios produtores recebam parcela do fundo especial de todos os entes segundo o rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Na partilha, Dilma vetou limite de royalties dos municípios à receita que eles haviam recebido em 2011 ou ao dobro do valor per capita distribuído pelo FPM.

Educação

Os recursos futuros serão 100% destinados à área da Educação.

“O melhor passaporte para o futuro é a Educação”

▲ **ALOIZIO MERCADANTE**
MINISTRO DA EDUCAÇÃO



“As regras, ao não ressaltar aplicação aos contratos em vigor, violam a Constituição”

▲ **DILMA ROUSSEFF** PRESIDENTE na justificativa na Medida Provisória que vetou parcialmente projeto dos royalties



Presidente envia mensagem ao Congresso justificando decisões

BRASÍLIA

▲ Em mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, a presidenta Dilma Rousseff detalhou os motivos que a levaram a vetar 23 dispositivos do projeto de lei que trata da nova redistribuição dos royalties do petróleo.

Em relação ao artigo 3º da proposta aprovada pelo Congresso, que previa que a nova divisão dos royalties valeria, inclusive, para os contratos de concessão já licitados, a presidente argumenta na mensagem que o dispositivo violaria “frontalmente” a Constituição e, por isso, foi alvo de veto.

COMPENSAÇÃO

Na mensagem presidencial, Dilma Rousseff explica que os royalties são uma “compensação financeira” dada aos Estados e municípios produtores

em razão da exploração do óleo.

“Devido à sua natureza indenizatória, os royalties incorporam-se às receitas originárias desses mesmos entes, inclusive para efeitos de disponibilidade futura. Trata-se, portanto, de uma receita certa, que,

em vários casos, foi objeto de securitização ou operações de antecipação de recebíveis. A alteração desta realidade jurídica afronta o disposto no Inciso 36 do Artigo 5º e o princípio do equilíbrio orçamentário previsto no Artigo 167, ambos da Constituição”,

reforça a presidente.

De acordo com a mensagem, para definição dos vetos à proposta aprovada pelo Congresso foram ouvidos os ministérios de Minas e Energia, da Fazenda, do Planejamento e ainda a Advocacia-Geral da União (AGU).